

Educação moderna

Existem boas possibilidades de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora tramitando pelo Congresso Nacional, seja aprovada ainda no próximo mês e logo sancionada. Assim, o País terá, então, condições de acelerar as tantas mudanças que o setor educacional está a exigir com urgência. Especial importância tem o novo esquema de divisão das verbas a serem usadas na educação, ficando a União com 30%, os estados com 50% e os municípios com 20%. Ele é muito mais racional que o que vigora hoje.

Espera-se que, com esta nova divisão, os recursos acabem efetivamente propiciando os resultados esperados. Uma das maiores queixas dos educadores foi sempre com relação à pulverização das verbas no caminho entre o Ministério e a escola, onde chegam rarefeitas. Ganha corpo nos dias de hoje a idéia da descentralização — já implantada com relativo sucesso na área de saúde —, que prevê a aplicação dos recursos diretamente pelas unidades menores, onde, acredita-se, o controle social sobre a aplicação do dinheiro público é mais efetivo.

Embora sejam assuntos como este, do repasse de verbas, que vão centrar a atenção dos debatedores, o certo é que a ocasião deve ser aproveitada para que se discuta com profundidade todas as grandes mazelas da educação do Brasil, que vão desde a péssima remuneração dos professores até a reduzida carga horária, passando pela falta de meios modernos de apoio ao ensino e também pela má preparação dos mestres.

É no setor da educação que se trava a mais decisiva batalha entre os países. Os que conseguem ensinar bem suas crianças são os que vencem na disputa econômica. Não há país rico que não tenha um sistema educacional eficiente. Nos países pobres ou decadentes o sistema escolar não vai bem.

Na LDB, o sistema de crédito educativo precisa ser mantido, como forma moderna de financiar a educação universitária de estudantes pobres. Mas deve ser dotado de mecanismos eficientes para fazer com que os que recebem tal benefício o repassem mais tarde, ao pagarem o financiamento, a outros universitários. O sistema já faliu uma vez por causa do excessivo paternalismo.

O essencial é que se aprove, agora, uma lei sem resquícios de fisiologismo e de paternalismo. O que os parlamentares devem ter em mente ao votá-la é que ela é fundamental, a médio e longo prazo, na recuperação econômica do Brasil. Sem uma lei educacional moderna, que seja aplicada efetivamente, não avançaremos no mundo de hoje, marcado pela forte concorrência e pela vitória dos mais preparados.

O presidente Fernando Collor tem dito e repetido que sua meta básica é a melhoria do sistema educacional brasileiro, que ele persegue através da implantação de milhares de Ciacs. O certo é que a educação não pode mais ser postergada. Estamos pagando caro, muito caro, hoje em dia, o fato de termos descuidado nas últimas décadas do ensino neste País.